

**Resenha do livro:**

**CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt. S.; LOMBARDI, José Claudinei; MAGALHÃES, Livia Diana R. (Orgs.). A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.**

**Resenha de:**

**Ronaldo Oliveira Ferraz**

**Mestrando do Curso de Mestrado em Memória Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.**

### A QUESTÃO DOS ARQUIVOS E DAS FONTES

A referida obra, organizada pelos professores Ana Palmira, José Claudinei Lombardi e Livia Diana, fruto dos esforços do Museu Pedagógico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), juntamente com o HISTEDBR e a FE/UNICAMP, é uma coletânea de 16 capítulos divididos em 3 seções. Na primeira, *Arquivos e Fontes*, na qual se encontram sete capítulos, o foco da discussão é a questão da fonte, do acervo documental e do arquivo, passando por temáticas que vão da pesquisa historiográfica, inventários, poder local e cotidiano, educação na Bahia, História Colonial do Rio Grande do Norte, biblioteca do convento de São Francisco, à arte barroca; a segunda, *Educação, Pesquisa e Preservação*, formada por cinco capítulos, aborda também a temática das fontes documentais e dos arquivos, porém, concentrando-se na temática da pesquisa em educação; por último, numa terceira seção, *Documentos Escolares, Pesquisa e Preservação*, com quatro capítulos, o centro da discussão passa a ser experiências de catalogação de fontes em educação, a fonte oral como documento para a história da educação, a memória da educação em Pernambuco e fontes para o estudo da Inquisição Portuguesa.

O que se percebe logo de início é que o ponto de convergência das diferentes temáticas apresentadas no livro é a discussão das fontes e dos arquivos, sobretudo, no que se refere às pesquisas voltadas para a história da educação, ainda que não seja este o único foco dos trabalhos apresentados nesta coletânea.

A obra tem o grande mérito de trazer à tona, no campo da História da Educação, Cultura e Memória, tanto no Brasil e no Nordeste, já que há referências à Bahia e a Pernambuco, importante discussão acerca da pesquisa, da catalogação e da preservação de fontes e arquivos. Uma discussão que não apenas cobre um vazio nas publicações sobre a pesquisa em educação, muito mais concentradas nos resultados das pesquisas do que na discussão de suas fontes e arquivos como, também, desperta e chama à atenção dos futuros pesquisadores, sejam os dos cursos de graduação como os da pós-graduação, muito mais acostumados a pesquisas bibliográficas, para a riqueza que os documentos e os arquivos podem revelar.

Como bem colocara o historiador Charles Samaran, “não há história sem documentos”. As fontes documentais e os arquivos são os vestígios dos rastros e das marcas deixadas pelas gerações passadas. Perdê-los é o apagamento do passado e o fim da possibilidade de entendermos o emaranhado de questões e problemáticas postas pelo presente. Com a História da Educação não poderia ser diferente. Também ela se faz com

fontes documentais e arquivos. Se o ‘triumfo’ do documento — essa palavra que tudo tem a ver com a educação, uma vez que seu significado remete ao termo latino *documentum*, derivado de *docere* ‘ensinar’ que evolui para o significado de ‘prova’ — foi o século XIX do positivismo, contudo, é no século XX que a ideia do que seja documento e/ou fonte documental assume novas conotações e se amplia a diversas possibilidades. Um sentido que se alargou, sobretudo, com os novos horizontes abertos no campo da História. O que contribuiu para que também no campo da pesquisa histórica em educação se ampliasse a noção de documento e se construísse abordagens multifacetadas.

Desta forma, uma coletânea que visa discutir, apresentar e refletir sobre o campo da pesquisa, focando os arquivos e fontes, só tem a contribuir para o estado da pesquisa e sua produção. Mas, do que tratam estes dezesseis capítulos? Gostaria apenas de passar em revista o foco central de suas discussões. Não vamos, aqui, analisá-los em profundidade, mas apresentá-los em linhas gerais com o intuito de conduzir o futuro leitor.

No capítulo 1, *Fontes Complementares na Pesquisa Historiográfica*, de Angelina Nobre R. Garcez, busca-se mostrar a importância das chamadas “fontes subsidiárias” ou “fontes complementares” na pesquisa qualitativa, dando ênfase em documentos como os livros de notas cartoriais de registro, de inventários, testamentos e processos cíveis nos estudos da propriedade fundiária na Bahia, discutindo ainda as condições físicas de tais documentos e os conteúdos de informação.

No capítulo 2, *Inventários e Testamentos como Fontes de Pesquisa*, de Maria Helena O. Flexor, visa-se discutir os inventários, instrumentos de disposições materiais, e os testamentos, instrumentos reveladores da última vontade do testador, como documentos ricos que podem trazer à luz a vida social. Documentos que podem dá conta da vida doméstica, das relações entre senhores e escravos, dados da cultura, da economia, da política e da vida administrativa.

No capítulo 3, *Fontes documentais para o Estudo do Poder Local e do Cotidiano na Bahia Colonial: Salvador, 1625-1822*, de Avanete Pereira Sousa, o texto trás à tona as fontes documentais que se referem às manifestações do poder local na vida urbana, mais especificamente do poder que advém das Câmaras Municipais. Seu objetivo central é abordar o conjunto documental que mostra a relação entre o poder local e o processo de organização da vida cotidiana, em Salvador, no período colonial.

Quanto ao capítulo 4, *Os Arquivos e a Memória da Educação na Bahia: recordando localmente para conhecer globalmente*, das autoras Antonietta d’Aguiar Nunes, Maria Teresa N. de B. Matos e Ilma da S. Cabral, o texto entrelaça a discussão entre a dinâmica dos princípios arquivísticos, a memória da Educação na Bahia, a sociedade digital e o conhecimento global em Educação. Numa reflexão que vai mostrando as possibilidades de informação a serem reveladas pelas diferentes fontes documentais para o estudo educacional dentro da realidade baiana.

No capítulo 5, *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e o seu Acervo Documental da História Colonial do Rio Grande do Norte e Brasil*, das autoras Marta Maria de Araújo e Ana Verônica Oliveira Silva, podemos encontrar uma discussão que revela o *corpus* documental escrito do IHGRN, fundado em 1902, apontando para a ideia de que esse propicia tanto um conhecimento multiforme da História do Rio Grande do Norte, no período colonial, quanto à sua interface passado e presente.

No capítulo 6, *Biblioteca do Convento de São Francisco de Assis da Bahia*, de Frei Hugo Fragoço (ofm), o foco central é a formação da biblioteca do Convento de São Francisco de Assis da Bahia, abordando questões como a passagem de nomes que deixaram marcas importantes nela, a exemplo de Frei Vicente do Salvador, e as diversas

mudanças ocorridas nesse trajeto. Numa abordagem que revela sua importância, crise e restauração, com a ação dos Franciscanos alemães da Província de Santa Cruz da Saxônia. Vale destacar, ainda, a relação de livros antigos e raros que Frei Hugo nos apresenta no final de seu texto.

No capítulo 7, último da seção Arquivos e Fontes, *Arquitetura e Arte Colonial Brasileira: introdução aos arquivos baianos*, de Ana Palmira Bittencourt S. Casimiro, inicialmente busca-se discutir os estudos acerca das artes e da arquitetura barroca, no período colonial, mostrando como algumas iniciativas foram valiosas nesse processo. Em seguida, a discussão concentra-se na arquitetura da Igreja da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis da Bahia, enfocando, em especial, o desencontro de opiniões sobre o estilo da sua fachada principal.

Quanto ao capítulo 8, *Educação e pesquisa: fontes e documentos*, dos autores César de Alencar A. de Toledo e José Carlos Gimenez, o que se procura apresentar é uma reflexão sobre a teoria, a técnica e a metodologia da pesquisa histórica. Os autores destacam a discussão do conceito de pesquisa, especialmente na área da Educação, e as indicações de textos e resultados de investigações que podem servir como referências para o estudo e a pesquisa educacional. Há a preocupação, ainda, em apontar exemplos de aplicação de técnicas de pesquisa histórica na área de Educação e as condições para a execução da prática da pesquisa.

No capítulo 9, *Arquivos Educacionais: preservação do patrimônio e construção do conhecimento*, de Maria Aparecida S. de Sousa, o texto procura discutir questões como a preservação do patrimônio documental, trazendo à tona questionamentos como: o que significa recuperar e preservar o patrimônio documental de uma população residente no sertão da Bahia. O texto mostra ainda a importância dos estudos em história local e/ou regional para a possibilidade de se abrir um novo olhar ou descortinar novas visões na história mais ampla. Neste sentido, a autora destaca a importância que instrumentos como os registros imagéticos e a oralidade podem assumir na produção do conhecimento histórico e como a análise de documentos produzidos, em períodos anteriores ao século XX, pode revelar dados importantes sobre a Educação na Bahia.

No capítulo 10, *Norte-Americanos no Brasil Tropical e o Instituto Ponte Nova*, de Ester Fraga Vilas-Bôas C. do Nascimento, a preocupação é rastrear o passado da ação religiosa e civilizadora dos presbiterianos instalados no interior do Nordeste, desde o século XIX. Para tanto, a autora descortina suas fontes e busca compreender a importância que a Bahia tivera para a Igreja Presbiteriana do Norte dos Estados Unidos no seu projeto de educação implantado através do Instituto Ponte Nova, instalado no sertão baiano. Sua análise visa desvendar as iniciativas que buscavam fazer da educação escolar um meio de civilizar a população que abrangia a área sob sua jurisdição.

No capítulo 11, *Fontes Documentais para o Estudo do Cotidiano das Escolas pelo Método de Ensino Mútuo por meio da "Série Colonial" do arquivo Público da Bahia*, de José Carlos Araújo Silva, o que se tem em vista, a partir da documentação pesquisada no Arquivo Público do Estado da Bahia, especificamente na série colonial, é caracterizar o funcionamento cotidiano, a vida e o trabalho docente após a decretação da lei imperial de 1827. No que se refere às fontes encontradas em tal arquivo, vale destacar o esforço do autor em demonstrar as suas potencialidades para uma melhor compreensão de um período tão pouco conhecido da história da educação baiana e brasileira.

No capítulo 12, último da seção Educação, Pesquisa e Preservação, *Arquivos Escolares*, de Ruy Hermann A. Medeiros, além da dimensão jurídica acerca dos arquivos escolares há, no texto, uma interessante exposição sobre os conceitos, os tipos de arquivos,

acesso, gestão e uma discussão sobre alguns dos princípios que norteiam essa gestão. Apresenta-se, ainda, uma discussão sobre os tipos de documentos, preservação e suas finalidades. O texto, portanto, vai além dos aspectos jurídicos e técnicos, pois se trata de um conjunto de informações importantes para o pesquisador da história da educação, alertando para o direito ao acesso aos documentos e aos arquivos educacionais.

No capítulo 13, *O Processo de Catalogação das Fontes Documentais Escolares em Vitória da Conquista*, de Livia Diana R. Magalhães, busca-se discutir as mudanças na pesquisa da história da educação e o quanto esta se beneficiou com os avanços da produção do saber histórico, a exemplo de aspectos como o alargamento da noção de documento. Aborda-se, ainda, os desafios em relação ao estudo local e regional da História da Educação: a questão da fontes e da guarda dos documentos. O artigo apresenta a experiência do Museu Pedagógico da UESB, no interior da Bahia, a partir de uma equipe multidisciplinar, como um esforço centrado na tarefa de romper com muitos dos desafios impostos à pesquisa regional na história da educação na região de Vitória da Conquista - BA.

No capítulo 14, intitulado *O Ginásio de Conquista por um Ex-aluno*, de Ana Elizabeth S. Alves, usando a história oral como fonte documental, o foco do texto é recompor parte da história, a partir do relato de um ex-aluno, do primeiro Ginásio da cidade de Vitória da Conquista – BA. O artigo deixa claro como o uso da história oral como documento histórico pode revelar aspectos nos quais, muitas vezes, os documentos escritos não dão conta. É interessante ressaltar que a autora não se limita apenas a descrever os relatos do entrevistado, mas, apresenta uma interessante análise do estado da educação, na região estudada, na época do funcionamento do Ginásio e seu impacto na vida social.

No capítulo 15, *Centro de Memória da Educação em Pernambuco: uma experiência em ação*, das autoras Maria Betânia e Silva, Shirleide P. da Silva, Ana Maria de O. Galvão e Lêda Rejane A. Sellaro, o texto objetiva expor o trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas História da Educação em Pernambuco – NEPEPE e do Centro de Memória da Educação, fruto do interior desse núcleo, em reunir, catalogar, documentar e estudar as diferentes fontes que revelam a história da educação no estado pernambucano.

Por último, no capítulo 16, fechando a terceira seção, *Um Guia de Fontes para o Estudo da Inquisição Portuguesa*, das autoras Daniela Buono Calainho e Célia Cristina da Silva Tavares, como o próprio título deixa claro, o texto busca apresentar e discutir as fontes para o estudo da Inquisição portuguesa. As autoras apresentam um panorâmico contexto acerca da Inquisição e, não apenas abordam as fontes documentais, mas, adentram o universo da produção historiográfica sobre o tema. A abordagem dá conta também do estado das fontes de algumas instituições, a exemplo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que possui um importante acervo sobre a Inquisição em Goa.

Portanto, o que se pode perceber nesta coletânea de artigos centrados na discussão sobre a pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a Educação, Cultura e Memória é o quanto o debate e a reflexão sobre o acervo documental, seja no campo da história da educação ou nas diversas áreas do conhecimento, é um passo importante na produção e desenvolvimento do trabalho científico. Conhecer as possibilidades de acesso, condições materiais, conteúdos e o que as fontes podem revelar é um passo importante para qualquer pesquisador ou pretendente à investigação. Neste sentido, a presente publicação se coloca como uma valiosa contribuição ao universo da pesquisa e sua elaboração.